

Carta das Entidades da Educação do sistema federal do ensino para os candidatos Fernando Haddad e Manuela D'Ávila

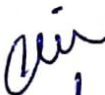
As entidades que representam a comunidade do sistema federal de ensino assinam este documento com o objetivo de expressar a sua preocupação com a atual situação política do país, e manifestar-se em defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos, civis, políticos e sociais estabelecidos em nossa Constituição.

Para o conhecimento desta candidatura, apresentamos algumas das nossas reivindicações, que infelizmente têm sido ignoradas pelo atual governo. Tais propostas e ideias estão alicerçadas na compreensão de que a educação pública, gratuita, laica e de qualidade nunca esteve tão ameaçada por um projeto liberal conservador com traços fascistas que vem ganhando audiência de massas e que demonstra força política capaz de produzir um retrocesso histórico e civilizatório para a nossa sociedade.

Principalmente após o impeachment, o governo Temer vem aplicando um projeto que aprofunda medidas de austeridade afetando os recursos para investimentos à altura do desafio da educação pública brasileira. A aprovação da Emenda Constitucional 95, a Reforma do Ensino Médio e sua BNCC, a ampliação das terceirizações (total e irrestrita), a Reforma Trabalhista e medidas de desregulamentação da legislação protetora do trabalho a ela associada, as inúmeras Instruções Normativas de restrição de direitos, portarias e medidas provisórias que vêm afetando o arcabouço jurídico legislativo brasileiro para lapidar as estruturas do estado, priorizando os interesses do capital internacional.

Paralelamente a esse processo, uma série de medidas que ferem as liberdades democráticas também estão em curso, restringindo o direito de greve do funcionalismo público, reduzindo o acesso aos partidos políticos a espaços democráticos em função do advento da reforma política, incorporando a presença das forças armadas na vida política em seus pronunciamentos, na participação direta da disputa eleitoral, na composição das estruturas de poder da república, incluindo os poderes executivo, legislativo e judiciário.

A disputa eleitoral está acirrada e marcada pela violência; as agressivas ideias que manifestam o ódio e preconceito vêm ganhando ousadia pelo fato de existir uma candidatura estranha aos alicerces democráticos do país. O empoderamento de grupos e organizações



extremistas que perdem o receio de praticar violência aberta nas ruas contra negras e negros, a comunidade LGBT, mulheres e povos originários tem sido alimentado pelas declarações obscurantistas do candidato à presidência pelo PSL. Essa mesma candidatura apresenta um programa ainda mais radical na aplicação de preceitos ultra-neoliberais e conservadores que vão levar a soberania nacional, os direitos dos trabalhadores e as liberdades democráticas para a lata do lixo. São conquistas de muitos anos por meio de lutas, greves, manifestações, mobilizações que podem virar pó no próximo período impondo mais sacrifícios a milhões de trabalhadores com a finalidade de se garantir o luxo e o conforto de meia dúzia de famílias.

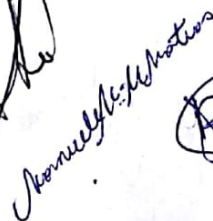
A força militante da maioria da comunidade que convive e constrói o sistema federal de ensino está direcionando toda sua energia e mobilização para derrotar a candidatura apoiada por este setor. Ao mesmo tempo em que abrimos o diálogo com a candidatura de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, que representam, neste momento, a frente democrática que se reúne pelo respeito à liberdade de pensamento, expressão e em defesa da universidade pública, plural, autônoma, laica e socialmente referenciada.

Neste sentido, em caso de vitória desse campo democrático-popular, lutaremos para que sejam assumidas e implementadas as propostas que atendam a classe trabalhadora. Queremos avançar, nenhum direito a menos!

Por fim, agradecemos a atenção e o espaço para o diálogo. Aconteça o que acontecer nesse processo eleitoral, estaremos na linha de frente na defesa da educação federal pública, das liberdades democráticas e dos direitos sociais.

Logo abaixo apresentamos algumas propostas que unificam a comunidade que constrói o sistema federal de ensino e que precisam ser encaradas com urgência.

1. Revogação da Emenda Constitucional 95 e de todas as reformas nefastas do atual governo.
2. Abertura imediata do processo de diálogo e da negociação com as entidades do serviço público, em especial da educação federal, para discussão da pauta de reivindicações.
3. Financiamento – Retomar a construção do projeto 10% do PIB para educação pública.



4. Garantia dos pilares e funcionamento democrático das universidades preservando a autonomia universitária.

5. Revogação da Reforma Trabalhista;

6. Revogação do PL 4.302, de 1998 foi sancionado pelo presidente Michel Temer em 31 de março de 2017 e ganha o nº 13.429/17 que permite a terceirização irrestrita; (?)

7. Não à Reforma da Previdência;

8. Fim de intervenções autoritárias do Ministério do Planejamento e dos órgãos de controle;

9. Revogação da Reforma do Ensino Médio e não adesão à proposta de BNCC, bem como a garantia de ampla discussão nacional sobre a crise do Ensino Médio, para garantir oportunidades efetivas para a Juventude, com promoção da educação de qualidade;

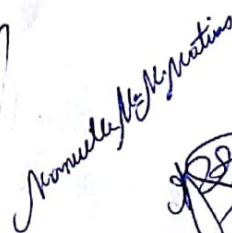
10. Imediata recomposição orçamentária das instituições federais de ensino, políticas e agências financiadoras de ensino, pesquisa e extensão garantindo a conclusão dos ciclos de expansão, considerando não apenas a ampliação de vagas, mas ampliação de infraestrutura, pessoal concursado e assistência estudantil;

11. Revogação imediata do Decreto 9.507/18 da terceirização irrestrita no serviço público;

12. Auditoria cidadã e suspensão do pagamento da dívida pública;

13. Revogação do Decreto 9314/18 e incentivo à abertura de concursos públicos e provimento de vagas adicionais;

14. Revogação do Decreto 9527/18.



15. Revogação da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 e defesa dos Hospitais Universitários diretamente vinculados às IPE;

16. Pela manutenção da paridade entre ativos e aposentados.

Assinam esse documento as seguintes entidades:

Maurício Alves de Jesus
ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;

ANPG - Associação Nacional de Pós-graduandos;

Marcelle M. Matias

FASUBRA Sindical - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil;

[Signature]
SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica;

UNE - União Nacional dos Estudantes.

Jussy Dayane Silva Santos

Cárisia

Recebido em 20/10/2019
[Signature]